



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Abril de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em abril de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	2
Brasil	4
Colômbia.....	6
Equador	9
Guiana	11
Peru.....	12
Suriname	14
Venezuela	15
OTCA.....	17

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de abril de 2024, teve grande repercussão o fato de que 3,5 milhões de hectares foram desmatados na Bolívia. O valor é referente a 2023, e equivale ao território do Uruguai [1]. Em meios de comunicação nacionais, como o jornal *El Deber*, o desmatamento repercutiu sobretudo em função do Dia da Terra – ou, na Bolívia, o *Día de la Madre Tierra* –, comemorado em 22 de abril. Destacou-se também a falta de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do problema [1]. No exterior, o jornal britânico *The Guardian* noticiou que a Bolívia está entre os países que tiveram aumento nos números de desmatamento pelo terceiro ano consecutivo, impulsionado, em grande parte, pela expansão do cultivo de soja em área florestal [2].

No último dia do mês de abril, o *Ministerio de Medio Ambiente y Agua* apresentou sua primeira prestação pública de contas do ano de 2024. Entre os elementos do informe, o ministro Alan Lisperguer Rosales destacou os cinco eixos de trabalho no combate à mudança do clima, que inclui a proteção de florestas [3]. Ainda no que diz respeito ao bioma amazônico, o Ministério entregou insumos para o combate à seca em Santa Cruz [4].

Na política externa, algumas questões ligadas à Amazônia boliviana foram temas de eventos na ONU. De 15 a 26 de abril, foi realizado o *23º Período de Sesiones del Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU*, em Nova York. David Choquehuanca, vice-presidente da Bolívia, e Celinda Sosa, chanceler, compareceram. Ambos participaram de diversas atividades, porém seus discursos não deram ênfase ao bioma amazônico. Uma exceção foi a participação da chanceler Celinda Sosa no painel *Retos y Oportunidades para el Establecimiento del Mecanismo Amazónico de Pueblos Indígenas en el OTCA* [5]. Em preparação para estes eventos na ONU, o Ministério das Relações Exteriores organizou, no dia 6, o *Taller de Socialización para las Organizaciones Sociales de Bolivia y el Consejo Nacional Afroboliviano* (CONAFRO). O evento contou com representantes da Amazônia boliviana, com destaque para a participação da *Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia* (CIDOB) [6].

No dia 15 de abril, ainda durante a agenda em Nova York, a chanceler Celinda Sosa se encontrou com Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas do Brasil. De acordo com o relato da chanceler, a conversa abordou temas como o papel das mulheres

campesinas e indígenas na gestão e na decisão política [7]. Ainda no que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, no dia 24, foi realizada a primeira reunião técnica dos grupos de trabalho para implementar um memorando de entendimento entre o Brasil e a Bolívia em temas de fertilizantes e agroindústria. Nas redes sociais, a chancelaria boliviana afirmou que se trata de uma relação focada no desenvolvimento sustentável e na segurança alimentar.

Por fim, no final do mês, a Bolívia assumiu a presidência da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), que faz parte da governança da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e cuja criação foi acordada na Declaração de Belém de 2023 [8]. No evento, foi criado o painel de apoio técnico especializado e aconteceram as primeiras discussões sobre um plano de trabalho. Também foram realizados outros eventos, dos quais a Bolívia participou, como o *III Comité Directivo del Proyecto Cuenca Amazónica – Implementación del Programa de Acciones Estratégicas*, o *Taller Regional de Presentación del Documento CEO Endorsement del Proyecto Hacia Una Mejor Comprensión de los Sistemas Acuíferos Amazónicos* (oficina na qual a Bolívia apresentou seus projetos pilotos de tecnologia de gestão de aquíferos transfronteiriços e monitoramento de qualidade da água) e o *V Taller Técnico Regional de Análisis de Intervenciones Nexus Multisectorial para la Cuenca Amazónica*. Cabe notar que a agenda ligada a recursos hídricos é uma das que mais avança no âmbito da OTCA [9].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/el-calentamiento-la-deforestacion-y-la-contaminacion-las-heridas-de-la-madre-tierra-en-bolivia_363848.
- [2] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2024/apr/04/global-deforestation-rainforest-climate-goals-brazil-colombia-agriculture>.
- [3] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/05/01/ministerio-de-medio-ambiente-plantea-cinco-ejes-de-trabajo-para-combatir-la-crisis-climatica-en-bolivia/>.
- [4] Disponível em: https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/pfbid031NkrUvio2j8Ddf2pAsKbAoWxXTgazhbMtUvWWsbz5W82pgvJk5f4ccwJcgcw2Td4l?_rdc=1&_rdr.
- [5] Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=813074257305342>.
- [6] Disponível em: https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/pfbid04Nx2RrxkV7TqgD3aTrAwyeeGs9p2JzqKKX2n12VdcyBzhRoxT24u986391Qp8cd3l?_rdc=1&_rdr.

[7] Disponível em:

https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/pfbid0qCawqhPmiR8EVakpd38hzVrWy6wTtw8Bc4V2PpYwAvSQ3amTUmbf7qDkSYwdRhJ6l?_rdc=1&_rdr.

[8] Disponível em:

https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/pfbid0284nH4ECCxfyTBx6tSB3iyWF2WohqVrkCYRXL7FCLogwLsFS1dZckhgbgN53VMt4wl?_rdc=1&_rdr.

[9] Disponível em:

https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/04/29/15000/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR17s7024TtoS3w0aIoaqICaaKvtBktPNmzaZSIxYweoBEB-0tWyt-h3erI_aem_AW44od3Re4ZudZTmg6CYApYN5jhZWIPH0LQL3HYU1cYCvhSgF9yOEIlg2fj7KPY1r23o6e5kIEyzK38b1Cn2rcxHd

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em abril de 2024, o governo federal brasileiro deu um passo em direção ao fortalecimento de uma governança multinível na Amazônia. No dia 4, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou, no Diário Oficial da União, uma portaria com as regras para a adesão de prefeituras ao Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, anunciado em setembro de 2023 e voltado para a Amazônia Legal. O programa vai investir R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia em 69 municípios amazônicos [1].

As cidades que aderirem serão priorizadas em ações relacionadas ao apoio à regularização ambiental e fundiária; à análise de requerimento de desembargo junto ao IBAMA e ao ICMBio; à recuperação da vegetação nativa; e a outros pontos previstos na legislação ambiental federal. Além da assinatura do prefeito, o termo de adesão deve ser ratificado por, no mínimo, um vereador (preferencialmente o presidente da Câmara de Vereadores) e receber apoio, por escrito, de um deputado estadual e um deputado federal e/ou um senador de seu estado [2].

A aplicação dos recursos seguirá a lógica de “pagamento por performance”, na qual o repasse do dinheiro é condicionado à redução do desmatamento e dos incêndios florestais. Quanto mais essas taxas caírem, maior será o valor repassado às prefeituras. De acordo com o MMA, os investimentos chegarão aos municípios em bens e serviços, inclusive pagamentos por serviços ambientais. A simples adesão ao programa já garante às prefeituras um montante de R\$ 500 mil em equipamentos e serviços para estruturação de governança, cooperação e monitoramento [3].

As ações das prefeituras deverão estar alinhadas ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Também se exige que os municípios se comprometam com ações para a redução contínua do desmatamento e da degradação florestal; tenham Secretaria Municipal responsável pelas políticas de Meio Ambiente ou de sustentabilidade; realizem uma reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias; e tenham ou criem um corpo técnico para atuar como ponto focal de acompanhamento das ações relativas ao programa [1]

Entretanto, o anúncio das regras do programa foi feito em meio a uma paralisação parcial de servidores do IBAMA e do ICMBio, órgãos vinculados ao MMA, que estão negociando uma recomposição salarial. Em abril, completaram-se 100 dias de paralisação, o que implicou uma queda de 67% no número de multas emitidas pelo IBAMA no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior. Na Amazônia Legal, a queda foi ainda mais expressiva: 81% [4].

No que se refere à agenda presidencial, no dia 15, o presidente Lula assinou um decreto que criou o Terra da Gente, programa para reforma agrária que tende a ter efeitos sobre o ordenamento fundiário na Amazônia. A intenção é beneficiar 295 mil famílias em todo o país até 2026, sendo 74 mil assentadas, 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes, e sete mil que devem acessar as terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Durante o lançamento do programa, o governo assinou a criação de nove assentamentos rurais, sendo oito em estados da Amazônia Legal e um no Rio Grande do Sul [5].

Na política externa, Lula fez uma viagem à Colômbia, em 17 de abril, para se reunir com seu homólogo, Gustavo Petro, com quem reforçou a intenção de promover cooperações na agenda ambiental, inclusive na Amazônia, conforme detalhado na seção a seguir. Por sua vez, o embaixador André Aranha Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil nas COPs do Clima da ONU e copresidente de quatro grupos de trabalho no G20, afirmou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que a discussão mais importante do ano será sobre finanças climáticas. Na COP-29, o foco serão os recursos públicos que países desenvolvidos devem repassar aos países em desenvolvimento (o valor de US\$ 100 bilhões anuais, acordados no Acordo de Paris de 2015 e nunca concretizados, são considerados insuficientes hoje). No G20, o objetivo é eliminar o gargalo do financiamento à iniciativa privada ofertado por bancos de desenvolvimento e, assim, ampliar planos de transição ecológica. Segundo o embaixador, uma maior mobilização de recursos em favor do clima tende a fortalecer a

bioeconomia, que “vai desde a produção extrativista sustentável de açaí na Amazônia até a produção sustentável de etanol” [6].

Por fim, cabe registrar um episódio que ocupou a atenção da mídia no mês: no dia 4 de abril, a Polícia Federal, sob instrução do Ministério da Justiça, capturou dois fugitivos de uma prisão de segurança máxima do Rio Grande do Norte. Ambos foram encontrados no Pará, após semanas de busca. O episódio chamou atenção para a atuação crescente do crime organizado na Amazônia brasileira, pois os dois fugitivos eram ligados ao Comando Vermelho do Acre, que domina rotas de narcotráfico no estado (sendo as drogas oriundas da Colômbia e do Peru), e receberam auxílio da facção após a fuga. Segundo o Ministério Público do Pará, o Comando Vermelho tem cerca de 11 mil membros apenas no estado, usado para exportar drogas pelo Atlântico. Por sua vez, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, o avanço do tráfico na Amazônia vem impulsionando crimes ambientais, como a ocupação irregular de terras, a extração de madeira irregular e o garimpo ilegal [7].

Referências

[1] Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/prazo-para-aderir-ao-controle-do-desmatamento-comeca-dia-12-de-abril>.

[2] Disponível em:

<https://climainfo.org.br/2024/04/05/governo-publica-regras-para-municipios-da-amazonia-aderirem-a-programa-antidesmatamento/>.

[3] Disponível em:

<https://climainfo.org.br/2024/04/10/programa-de-combate-ao-desmatamento-na-amazonia-ja-tem-adesao-de-53-municipios>.

[4] Disponível em:

<https://climainfo.org.br/2024/04/24/paralisacao-de-servidores-ambientais-completa-100-dias/>.

[5] Disponível em:

https://cultura.uol.com.br/noticias/65584_lula-lanca-o-terra-da-gente-programa-para-a-reforma-agraria.html.

[6] Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/05/financas-e-discussao-mais-importante-do-ano-diz-embaixador-correa-do-lago.ghtml>.

[7] Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fugitivos-de-mossoro-para-onde-criminosos-foram-capturados-sofre-com-avanco-do-comando-vermelho/>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

No dia 8 de abril, em conferência feita para apresentar o novo balanço de desmatamento da Amazônia colombiana, a Ministra do Meio Ambiente, Susana Muhamad, apontou para um aumento considerável no desmatamento da região durante o primeiro trimestre de 2024. O principal motivo seria o uso que dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)¹ estão fazendo de territórios amazônicos, como forma de chantagear o governo colombiano nas negociações de paz em andamento [1].

Organizados na forma do grupo criminoso Estado-Maior Central (EMC), antigos membros das FARC e novos recrutas controlam áreas de mineração ilegal na floresta [2]. Em decorrência da mineração, a Colômbia, que há pouco havia comemorado uma redução drástica no desmatamento em 2023, em relação a 2022 [3], viu a taxa de desmatamento crescer cerca de 40% no primeiro trimestre de 2024 em relação a 2023 [4]. Muhamad afirmou que, desde outubro de 2023, disputas territoriais do governo com o EMC na região amazônica foram intensificadas e, como resultado, já no último trimestre de 2023, o desmatamento aumentou 41%, sendo maior justamente nas áreas em disputa com o grupo criminoso: Meta, Caquetá e Guaviare [4].

Ainda de acordo com Muhamad, a resposta do governo colombiano tem sido aumentar sua presença na área, de forma a reforçar o apoio aos camponeses nos territórios afetados pela atividade mineradora do EMC. Para a ministra, “a natureza está sendo colocada no meio do conflito e isto é uma violação do direito humanitário internacional, no qual, claramente, os danos ao ambiente são proibidos como forma de pressão armada” [4].

No dia 17 de abril, o presidente Gustavo Petro recebeu seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para cumprir uma agenda bilateral que visava reforçar a aliança entre a Colômbia e o Brasil em diferentes áreas. A declaração conjunta de Petro e Lula, firmada como resultado da visita, trouxe novas convergências e reforçou antigas diretrizes conjuntas na proteção do meio ambiente [5]. Na declaração, os presidentes reafirmaram “a importância de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento e a

¹ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foram uma guerrilha paramilitar de origem colombiana em atividade entre os anos de 1964-2016. Para mais informações, acesse: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/10/16/interna_internacional.1577446/colombia-instala-mesa-de-negociacoes-com-dissidentes-das-farc.shtml. Último acesso em: 10 de maio de 2024.

implementação de um roteiro claro para a conservação e o desenvolvimento sustentável, harmonioso e inclusivo da Amazônia” [5] [6].

No que tange especificamente à Amazônia, dentre as 62 medidas apresentadas pelos dois países, oito versam sobre a região, destacando-se as seguintes: a busca pela conversão gradual da OTCA em uma instância de integração amazônica, e não só de cooperação; o chamado para a promoção de novos mecanismos para o financiamento climático, como a troca de dívida pública por ação climática, como um passo importante de proteção da região amazônica; o compromisso no estabelecimento da “Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento”, que foi acordada na Declaração de Belém, para cumprir as metas regionais de diminuição do desmatamento por meio da cooperação; e a atenção ao trabalho em conjunto para superar os hiatos digitais, por meio de políticas públicas de inclusão digital. Em relação a este último ponto, ressalta-se o acordo de cooperação firmado entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação da República da Colômbia para levar internet de alta velocidade de Tabatinga, Brasil, à Leticia, na Colômbia [5].

Os dois presidentes também reconheceram o potencial de ambos os países na produção do hidrogênio verde e solicitaram à Ecopetrol e à Petrobras, principais petroleiras da Colômbia e do Brasil, uma análise exploratória das possibilidades para um projeto conjunto na geração de hidrogênio verde. A proposta de aliança entre a Petrobras e a Ecopetrol foi feita por Petro durante o Fórum Empresarial Brasil-Colômbia, em Bogotá, no dia 17 de abril. Na ocasião, Petro afirmou que, levando em consideração as vantagens comuns que ambos os países possuem na produção de energia, a aliança poderia os tornar “campeões mundiais de energia limpa” [7].

Ainda durante o encontro dos presidentes, um ponto relevante foi levantado pelo presidente colombiano: a importância do abastecimento de água doce viabilizada pela floresta amazônica. A declaração ocorreu em um momento em que a capital colombiana passa por uma crise hídrica. [8] Tendo isto em mente, Gustavo Petro anunciou um dia cívico para poupar água e energia no país, que ocorreu em 19 de abril. Um dia cívico é um dia concedido por autoridades locais ou estaduais para que as pessoas possam contribuir para as atividades planejadas para a data. Cabe ressaltar que a crise hídrica é uma consequência do fenômeno do *El Niño*, que contribuiu para a redução dos reservatórios de água na Colômbia [9].

Referências

- [1] Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/04/24/floresta-amazonica-se-torna-refem-dos-guerrilheiros-em-negociacoes-na-colombia.htm>
- [2] Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/16/comandante-da-principal-dissidencia-das-farc-abandona-negociacoes-de-paz-na-colombia.ghtml>
- [3] Disponível em:
<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/04/04/por-que-brasil-e-colombia-lideraram-reducao-draastica-em-desmatamento-em-2023.ghtml>
- [4] Disponível em:
<https://www.minambiente.gov.co/la-deforestacion-baja-en-2023-y-en-2024-enfrenta-amenazas/>
- [5] Disponível em:
<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-conjunta-dos-presidentes-de-brasil-e-colombia>
- [6] Disponível em:
<https://www.elcolombiano.com/colombia/petro-le-pidio-a-lula-entrada-de-colombia-al-brics-el-foro-alternativo-al-g7-DN24290939>
- [7] Disponível em:
<https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Presidente-Petro-propone-una-alianza-es-trategica-entre-Ecopetrol-y-Petrobras-para-producir-hidrogeno-verde-240417.aspx>
- [8] Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/colombia-propoe-garantia-de-vida-quem-perder-eleicao-na-venezuela>
- [9] Disponível em:
<https://www.elcolombiano.com/colombia/que-es-dia-civico-en-colombia-que-significado-tiene-ON24293940>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de abril, o presidente do Equador, Daniel Noboa, participou da cerimônia de entrega dos Planos de Vida de 22 organizações indígenas da Circunscrição Territorial Especial Amazônica (CTEA). Os Planos de Vida são documentos elaborados pelas comunidades indígenas equatorianas com base em cinco elementos constitutivos: pluridiversidade, bioeconomia, cosmovisão, território, e autonomia e governo. A iniciativa é resultado da cooperação entre o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), o Ministério da Agricultura e da Pecuária, e a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana. Conta ainda com apoio financeiro do PROAmazônia e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Durante o evento, Noboa afirmou o compromisso do governo com o desenvolvimento e

o progresso amazônico, respeitando “as culturas milenares e territórios sagrados”, além de mencionar os narcoterroristas e a mineração ilegal como ameaças à biodiversidade amazônica [1].

Também no dia 10, em Archidona, província de Napo, o MAATE apresentou os resultados alcançados dentro do Plano de Ação REDD+, no marco dos programas PROAmazônia e REM (REDD for Early Movers) Equador, e dos projetos apoiados pelo *Pago por Resultados REDD+* e do Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido. Segundo o Ministério, o somatório de esforços das organizações possibilitou a realização de ações em prol dos povos indígenas e comunidades locais do Equador que incluem, para além dos Planos de Vida citados anteriormente, o fortalecimento de bio empreendimentos, a atualização do Plano de Manejo Florestal Kutukú Shaimi (Shuar), a proteção e conservação de territórios indígenas e a construção da Escola de Líderes Antisuyu Warmicuna. Nesse marco, também foram instalados sistemas de água segura e viveiros de restauração florestal, além de melhorias de infraestruturas comunitárias e ajuste de instrumentos de governança, com inclusão dos enfoques de gênero e mudanças climáticas [2].

No dia 11, a ministra do MAATE, Sade Fritschi, e a Ministra de Produção, Comércio Exterior, Investimentos e Pesca (MPCEIP), Sonsoles García León, participaram do lançamento do *Livro Branco de Bioeconomía*, em Tena, província de Napo. A publicação analisa a relação entre economia global, meio ambiente e bioeconomia, destacando a influência de fatores produtivos, tecnológicos, econômicos, legais, políticos e ambientais. O processo de elaboração do documento contou com a participação de 292 atores ligados à bioeconomia no Equador, dentre representantes dos setores público e privado, organizações não-governamentais e acadêmicos. O Livro Branco aponta o ano de 2033 como meta para a transformação produtiva do Equador com base na inovação, sustentabilidade e aproveitamento responsável dos recursos biológicos [3].

O governo equatoriano deu início, em 15 de abril, ao processo de revisão e de atualização da *Estrategia Nacional de Biodiversidad* e seus planos de ação, com o objetivo de ajustar as estratégias de proteção da biodiversidade ao Marco Mundial de Biodiversidade Kunming-Montreal (MMB K-M). O processo contará com cinco oficinas regionais e uma nacional, que coordenarão mesas de diálogo com diferentes setores sociais, como comunidades locais e povos indígenas. A iniciativa conta com o

apoio de diferentes organizações como a Agência de Cooperação Alemã, a Conservação Internacional, a WWF, dentre outras [4].

Em 23 de abril, a ministra Sade Fritschi viajou para Nova York, acompanhada do ministro da Agricultura e Pecuária, Danilo Palacios, onde participou de reunião organizada pelo PNUD para tratar de medidas que ajudem a manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C. Junto ao PNUD, Fritschi reforçou os compromissos assumidos pelo país com a assinatura do Acordo de Paris e destacou a articulação interministerial para cumprir as metas assumidas pelo Equador [5]. No mesmo evento, em 26 de abril, o ministro Palacios destacou que diversas empresas do país já implementaram protocolos de produção livres de desmatamento, sobretudo no setor do cacau e do café, e compartilhou as experiências equatorianas por meio do Fondo Verde del Clima, programa apoiado pelo PNUD e o setor privado [6].

Referências

[1] Disponível em:

<https://www.comunicacion.gob.ec/el-nuevo-ecuador-cristaliza-22-planes-de-vida-para-las-nacionalidades-indigenas-amazonicas/>

[2] Disponível em:

<https://www.ambiente.gob.ec/el-compromiso-y-participacion-comunitaria-se-reflejan-en-los-resultados-obtenidos-en-el-plan-de-accion-redd-liderado-por-el-maate/>

[3] Disponível em:

<https://www.bioeconomia.info/2024/04/15/ecuador-presento-su-libro-blanco-de-bioeconomia/>

[4] Disponível em:

<https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/ecuador-da-inicio-al-proceso-de-revision-y-actualizacion-de-su-estrategia-nacional-de-biodiversidad-y-su-plan-de-accion>

[5] Disponível em:

<https://www.ambiente.gob.ec/en-nueva-york-la-ministra-sade-fritschi-destaco-las-acciones-que-impulsa-ecuador-para-combatir-la-deforestacion-y-el-cambio-climatico/>

[6] Disponível em:

<https://www.undp.org/es/ecuador/comunicados-de-prensa/ecuador-lidera-acciones-climaticas-en-alianza-con-pnud-y-el-sector-privado>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A situação em Essequibo continuou a ganhar novos capítulos no mês de abril. No início do mês, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, promulgou a “Lei

Orgânica para a Defesa de Essequibo”, que provocou reações por parte do governo da Guiana [1][2]. Além de repudiar a medida, o governo guianense pediu uma reunião ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que o assunto fosse tratado. A reunião ocorreu no dia 9 de abril a portas fechadas. Nenhuma declaração definitiva foi emitida pelo Conselho [3].

Ainda em abril, o governo da Guiana aprovou o Projeto Whiptail, autorizando novas explorações de petróleo no bloco marítimo Stabroek por empresas privadas. A empreitada é apenas mais um dos muitos projetos do setor de óleo e gás que vêm acontecendo desde 2015, sendo aprofundados em acordo com o governo guianense [4]. Os recursos minerais são responsáveis pelo rápido crescimento da Guiana nos últimos anos, de tal forma que, segundo o FMI, será o país com o maior crescimento do PIB em 2024 [5].

A riqueza é parte, mas não o todo, das causas que fazem de Essequibo um território em disputa. Há fatores que se somam à alta renda gerada pelo petróleo e seus derivados, tais como a oportunidade que um dos países mais pobres da América do Sul percebe para alavancar seu desenvolvimento, a longa história do litígio territorial entre Guiana e Venezuela, a posição venezuelana no sistema internacional e os interesses de empresas estadunidenses em tornar a Guiana um país exportador de óleo cru e, portanto, concorrente direto da Venezuela.

Este conjunto de elementos vem levando a um aumento dos contingentes militares na região, em um processo de securitização [6] [7]. Maduro chegou a declarar que bases militares secretas dos Estados Unidos haviam sido instaladas na região de Essequibo. Ainda que a Casa Branca tenha negado [8], é importante lembrar que em 2023 o presidente guianense, Irfaan Ali, declarou que a opção de instalar bases não estava descartada [9].

Referências

[1] Disponível em:

https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/03/essequibo-maduro-promulga-lei-sobre-territorio-da-guiana.ghtml?utm_source=substack&utm_medium=email

[2] Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/guiana-rebate-venezuela-e-diz-que-nao-cedera-territorio-de-essequibo>

- [3] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/conselho-de-seguranca-discute-crise-territorial-entre-venezuela-e-guiana/>
- [4] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/govt-greenlights-exxons-us12-7b-whiptail-project/>
- [5] Disponível em: <https://exame.com/mundo/guiana-e-o-pais-que-mais-vai-crescer-em-2024-segundo-o-fmi-veja-o-top-7/>
- [6] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/gdf-to-acquire-eu39-5m-ocean-patrol-vessel-to-strengthen-maritime-security/>
- [7] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/countries-in-guiana-shield-must-work-together-to-preserve-security-defense-pm/>
- [8] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/no-secret-military-base-in-guyana-white-house/>
- [9] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pr237d1g7o>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Em abril de 2024, o governo peruano promoveu ações apenas indiretamente relacionadas à Amazônia. Um exemplo foi a reunião entre o vice-chanceler do país, Peter Camino Cannock, e o diretor executivo da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), quando Camino Cannock abordou a importância de continuar a investir no “*Proyecto Uchi CreActivo*”, que tem como objetivo identificar as estratégias de comercialização de produtos e obras de criação de povos tradicionais. Outro ponto tratado na reunião foi a elaboração de um curso para diplomatas que trate da proteção dos sinais distintivos do Peru, a fim de otimizar as ações do país no exterior. A chancelaria afirmou que a propriedade intelectual é peça importante no desenvolvimento e na valorização das criações intelectuais indígenas, como no caso dos *Cuentos de la Amazonía*, *Cuentos de la Isla de Amantani* e *Los relatos de frontera de los niños awajún y wambis de Amazonas* [1].

Ainda a respeito dos povos indígenas, o Peru e a embaixada dos Estados Unidos promoveram a exposição *New Worlds: Women to Watch 2024*, sobre artistas feministas de diferentes países, o que contou com a participação da artista peruana Graciela Arias [2]. Sua obra intitulada *Creación de Amazonas* conta a história da origem do povo Shipibo-konibo e como a ayahuasca possibilitava a conexão do deus Ronin com as plantas, animais e espíritos. Além disso, a embaixada do Peru na Itália apresentou, em

Roma, o lançamento de uma versão em italiano do livro *Diario de la Amazonía de Roger Casement*, de Augus Mitchell [3]. O livro retrata o período da exploração de borracha em Putumayo e como se deu o tratamento de indígenas amazônicos peruanos.

O foco do governo e da diplomacia do Peru com estes eventos culturais parece ser uma tentativa de dar visibilidade aos povos indígenas do país e talvez, com isto, encorajar sociedades estrangeiras a apoiar a preservação da Amazônia. Convém lembrar que, durante a cúpula entre chefes de Estado da OTCA, realizada em agosto de 2023, a presidenta Dina Boluarte reforçou, em seu discurso, a ambição de dar à Amazônia peruana um “rosto mais humano”, prezando pela preservação da floresta. Contudo, seu governo carece de medidas mais tangíveis para o enfrentamento das ações que ameaçam a floresta.

Ao longo do mês de abril, ocorreram algumas atividades voltadas para a proteção de fronteiras. O diretor da chancelaria de Pucallpa, Raúl Fernando Meneses, reuniu-se com a prefeita de Coronel Portillo, Janet Castagne, para reforçar seu compromisso com as ações de inclusão social e de integração fronteiriça com Ucayali [4]. No âmbito da reunião, Meneses distribuiu exemplares do catálogo *La Amazonía Expuesta*. Além disso, em reunião do *Comité de Coordinación Regional de Cooperación Técnica Internacional (CTI)*, o diretor da chancelaria de Amazonas pediu uma maior presença na cooperação internacional nas zonas fronteiriças, a fim de aproveitar as iniciativas do *Coredif Amazonas* e da futura *Agencia Regional de Desarrollo para Amazonas* [5]. Essas ações e reivindicações ocorreram com o objetivo de reforçar o desenvolvimento sustentável na região.

No entanto, nota-se uma ausência de ações estruturadas a partir das declarações feitas nas reuniões. Não decorrem delas políticas públicas mais sólidas e abrangentes em relação à Amazônia, o que sugere que o governo Boluarte tem usado a pauta ambiental, sobretudo, como objeto de promoção internacional, com ênfase na promoção de culturas indígenas por meio de pequenas ações pontuais.

Referências

[1] Disponível em:
<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/933306-vicecanciller-camino-sostuvo-reunion-con-el-director-ejecutivo-de-la-academia-de-la-organizacion-mundial-de-la-propiedad-intelectual-ompi>

[2] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/936832-new-worlds-women-to-watch-2024-celebra-la-cultura-amazonica-con-el-apoyo-de-la-embajada-del-peru-en-los-estados-unidos>

[3] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/942981-presentan-en-roma-la-version-en-italiano-del-libro-diario-de-la-amazonia-de-roger-casement>

[4] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/933643-cancilleria-pucallpa-y-municipalidad-de-coronel-portillo-acuerdan-impulsar-el-desarrollo-e-integracion-fronteriza-en-la-region>

[5] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/936949-cancilleria-amazonas-promueve-un-a-mayor-presencia-de-la-cooperacion-internacional-en-zonas-fronterizas-de-la-region>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de abril, Chan Santokhi e Xi Jinping, respectivamente presidentes do Suriname e da China, reuniram-se em Pequim. O Suriname possui laços culturais singulares com a China, pois abriga um grande contingente de migrantes chineses e, portanto, parte da cultura daquele país. O encontro marcou a primeira visita de um presidente da América do Sul à China no ano de 2024. As declarações sobre a reunião renderam projeções otimistas quanto à cooperação bilateral. O Suriname faz parte do projeto da Nova Rota da Seda e vê com bons olhos os investimentos chineses em infraestrutura. Além disso, a aproximação entre os países representa uma projeção da influência chinesa, através de seu poder econômico, em um território visto historicamente pelos EUA como devendo ser parte de sua área de influência [1].

O Suriname é um país com mais de 90% do território coberto por florestas tropicais, sobretudo a Amazônia, o que significa que qualquer avanço infraestrutural que eleve o nível de comércio e produção vai confrontar a conservação do ambiente natural. Este impasse se apresenta como um desafio inescapável para o país. Cabe acompanhar se a parceria com a China envolverá transferência de tecnologia e condições de negócio mutuamente benéficas, de modo a contribuir para um projeto de desenvolvimento sustentável [2] [3]

Além disso, a aproximação entre Suriname e China reflete a disputa por influência no cenário global da potência asiática com os Estados Unidos. Este cenário pode vir a possibilitar uma movimentação pendular por parte dos países amazônicos. O

pêndulo pode tender para o aliado com melhores propostas e mais ganhos materiais e estratégicos. As dinâmicas deste processo são um pano de fundo importante para os rumos da governança pan-amazônica, podendo influenciá-la direta ou indiretamente.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310517.shtml>
[2] Disponível em: [Chinese premier meets Surinamese president \(www.gov.cn\)](http://www.gov.cn)
[3] Disponível em: <http://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202404/P020240414115156314929.pdf>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O principal acontecimento relacionado à Amazônia venezuelana em abril de 2024 foi a promulgação, no dia 4, da Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo. A lei estava em tramitação na Assembleia Nacional desde o fim de 2023, após um plebiscito, realizado em 3 de dezembro com a população venezuelana, ter resultado no apoio à criação do estado de “Guayana Esequiba” [1]. A região é alvo de disputas históricas entre Venezuela e Guiana e tem seu território composto pela floresta amazônica. O espaço é habitado, majoritariamente, por tribos indígenas, não tendo grandes atividades econômicas. Nos últimos anos, no entanto, a exploração de petróleo na costa guianense aumentou as atenções direcionadas para esse território. A lei promulgada no dia 4 de abril por Nicolás Maduro contém 39 artigos e estabelece normas de governança e administração do novo estado venezuelano [2]. O governo da Guiana emitiu nota condenando a ação e afirmando que não permitirá a anexação da região, que corresponde a cerca de 75% do território guianês [3].

Para além da pauta de Essequibo, o presidente venezuelano incluiu a questão do clima em seus discursos em duas oportunidades. No dia 22 de abril, por ocorrência do Dia Mundial da Terra, Maduro afirmou que a Venezuela possui um “um plano para mitigar toda a mudança climática, para enfrentar esta emergência climática e para dizer aos povos do mundo, da Venezuela: mudemos o sistema capitalista depredador para conseguir salvar a espécie humana”. O mandatário ainda declarou que os países do Sul são os que mais sofrem com os efeitos da emergência climática [4]. Já no dia 24 de

abril, foi realizada, na Venezuela, a XXIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Entre as 7 prioridades destacadas por Maduro em seu discurso, consta avançar na criação de uma agência da ALBA-TCP para a mitigação do impacto da emergência climática [5].

Vale ressaltar, por fim, que o mês de abril também foi marcado por altas temperaturas e pela ocorrência de incêndios no território venezuelano. Os incidentes, que vinham se concentrando no estado de Carabobo, no norte do país, aproximaram-se da região metropolitana de Caracas neste mês. Também foram registrados incêndios na região da Amazônia venezuelana, no Parque Nacional Canaima [6]. Sobre os incêndios no Parque Waraira Repano, em Caracas, o ministro de Ecosocialismo, Josué Lorca, afirmou, no dia 8 de abril, não descartar que as ocorrências poderiam ter sido provocadas por atores com a intenção de desestabilizar o governo [7].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2024/04/03/presidente-de-venezuela-promulgo-ley-en-defensa-de-guayana-esequiba/>
- [2] Disponível em: <https://www.globovision.com/nacional/19438/en-claves-que-establece-la-ley-organica-p-ara-la-defensa-del-esequibo>
- [3] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/guiana-rebate-venezuela-e-diz-que-nao-cedera-territorio-de-esequibo>
- [4] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2024/04/22/presidente-dia-mundial-tierra-valora-plan-mitigar-ambiente-climatico/>
- [5] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2024/04/24/en-claves-alba-tcp-marcha-siete-lineas-accion-para-consolidacion-agenda-2030/>
- [6] Disponível em: <https://efectococuyo.com/cocuyo-chequea/aumentan-los-incendios-forestales-en-venezuela-y-el-chavismo-culpa-al-fascismo/>
- [7] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ministro-asegura-que-incendios-en-caracas-son-provocados/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 2 de abril, a OTCA participou de uma reunião de lideranças comunitárias de Pacaje-Huanutuyo e Untuca, da região peruana de Puno, organizada pela Autoridade Nacional de Águas (ANA) do Peru [1]. O objetivo do encontro foi fortalecer a parceria para a instalação e a operação de estações hidrométricas e glaciológicas nas cordilheiras andinas de Carabaya e Apolobamba. Entre os dias 14 e 15 de março, os representantes comunitários se juntaram a autoridades da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Hídricos (DPDRH), da Autoridade de Gestão de Águas de Madre de Dios e da Administração Local de Águas de Tambopata Inambari para discutir alternativas que garantam o fornecimento de água às comunidades locais e o uso sustentável dos recursos hídricos.

A iniciativa, que faz parte do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), trouxe para o debate o ponto de vista das comunidades sobre a diminuição da disponibilidade da água e a contaminação de fontes de abastecimento. Para aumentar o grau de conscientização e a capacitação da população local, ao longo do mês de março, a ANA realizou uma série de pesquisas e entrevistas com os cidadãos. Os rios Limbani, Huari Huari e San Gabán, que se conectam ao rio amazônico Inambari, estão nas cordilheiras nevadas de Carabaya e Apolobamba. Juntos, eles fornecem água a uma população de 30.727 habitantes e, indiretamente, a 220.000 habitantes das províncias de Carabaya e Sandia, no Peru.

No dia 3, foi divulgado um estudo sobre a situação da contaminação por mercúrio na Bacia Amazônica [2]. A mineração artesanal e de pequena escala (ASGM, na sigla em inglês) é uma das principais causas da poluição e, no Brasil, a prática está vinculada à extração ilegal e informal do ouro. O agravamento do garimpo ilegal provoca a contaminação de rios e peixes, o que prejudica a segurança alimentar e a saúde de comunidades indígenas e ribeirinhas. Assim, para embasar a elaboração de políticas públicas para monitorar e controlar o uso do mercúrio, a OTCA anunciou que está desenvolvendo o “Panorama sobre a Contaminação do Mercúrio na Região Amazônica” baseado na ferramenta *Mercury Inventory Toolkit*, elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2013.

Em parceria com o instituto francês IRD (*Institut de Recherche pour le Développement*), o estudo estima quantificar e mapear por meio de georreferenciamento as fontes de liberações de mercúrio. Depois de concluir a etapa de localização, essas informações serão compiladas e incorporadas ao Observatório Regional Amazônico (ORA), para que os países possam chegar a um consenso sobre os métodos e

procedimentos mais adequados para quantificar o volume total de emissões de mercúrio na Bacia Amazônica. A ação segue as prerrogativas da Convenção de Minamata (2013), acordo internacional no âmbito do PNUMA que limita o uso do mercúrio, da qual todos os países pan-amazônicos são signatários. O relatório inicial, elaborado pelos pesquisadores Jeremie Garnier e Henrique Roig, apontou que as principais atividades humanas que liberam mercúrio no solo amazônico são o desmatamento, a agropecuária e as queimadas em grandes áreas florestais, além da mineração.

Na região, os pesquisadores, subsidiados pelas Avaliações Iniciais da Convenção de Minamata (MIAs) e pelos Planos de Ação Nacionais (PANs), identificaram altos índices de contaminação em amostras de peixes, solo e sedimentos e nos corpos de povos indígenas e comunidades ribeirinhas nas localidades de Beni e Pando (Bolívia), Madre de Dios (Peru), Chocó (Colômbia), Napo e Zamora (Equador) e no Escudo das Guianas, que também inclui o Suriname. Dentre as principais consequências da contaminação estão a degradação dos ecossistemas aquáticos e do solo, além de prejuízos à saúde da população e impactos sociais, como o deslocamento de comunidades. O Brasil não enviou seus dados e por isso não integra o relatório preliminar.

No dia 11, foi veiculado que, entre os dias 16 e 19 de abril, autoridades se reuniriam em Brasília, na sede da OTCA, para participar de eventos ligados à implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Amazônica [3]. Como parte das atividades previstas estavam a III Reunião do Comitê Diretivo do Projeto Bacia Amazônica, que analisa os resultados alcançados em 2023 e planeja as atividades operacionais e financeiras para 2024; a 1ª Reunião da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), cuja finalidade é apoiar a cooperação e a ajuda mútua na gestão sustentável e monitoramento de recursos hídricos amazônicos; e o Workshop Regional para apresentação do documento de endosso ao “Projeto Rumo a um Melhor Entendimento dos Sistemas Aquíferos Amazônicos (SAA) para sua Proteção e Gestão Sustentável” com ênfase em questões de comunicação, gênero e capacitação institucional.

No dia 16, o Coordenador para os Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, participou da terceira sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre as Questões Indígenas (UNPFII) [4]. Representando a organização e também na condição de Observador Permanente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Mamani falou sobre os povos indígenas da região amazônica e sua diversidade,

apontando a relação que existe entre o cuidado, a preservação e a gestão harmoniosa dos recursos da Amazônia. Além de enfatizar o papel dos povos indígenas na proteção do bioma, Freddy reivindicou uma maior participação das comunidades na elaboração de políticas públicas sobre o tema e uma maior colaboração entre a OTCA e o Fórum Permanente, em consonância com a Declaração de Belém e o Mecanismo dos Povos Indígenas da Amazônia.

Também no dia 16, a Diretora Administrativa da OTCA, Edith Paredes, participou de cerimônia organizada pelo Parlamento Amazônico (Parlamaz) no Congresso Nacional brasileiro [5]. O objetivo do evento foi comemorar os avanços da parceria entre o Grupo Parlamentar da OTCA e o Parlamento Amazônico. A reunião serviu como uma espécie de preparação para os demais encontros, incluindo a próxima Assembleia do Parlamaz que será realizada em Lima, no Peru. No mesmo dia, o Comitê Diretivo do Projeto Bacia Amazônica se reuniu na sede da OTCA para sua terceira reunião anual [6].

Na mesma semana, no dia 17, foi oficializada a instalação da Rede Amazônica de Autoridades de Águas (RADA) [7]. Marissa Castro, Diretora Geral de Limites e Águas Internacionais do Ministério de Relações Exteriores da Bolívia, foi empossada como a primeira presidente da RADA. A composição da Rede inclui as autoridades hídricas dos oito países pan-amazônicos e um comitê técnico com oito especialistas em recursos hídricos. A RADA vai atuar como promotora da cooperação regional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e como facilitadora no desenvolvimento de capacidades, transferência de tecnologia, formação profissional e troca de experiências.

Encerrando o mês de abril, no dia 26 a OTCA anunciou que o Projeto Amazonas iniciou a montagem das Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) que atuarão no monitoramento da Bacia do Rio Madeira [8]. A previsão é que as plataformas sejam instaladas primeiramente na Bolívia e depois no Peru, que, junto ao Brasil, dividem a extensão da Bacia. O projeto é uma parceria da OTCA com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). Os dados reunidos pelas plataformas se juntarão à Sala de Situação de Recursos Hídricos da OTCA. Com isso, espera-se uma melhora da avaliação das condições meteorológicas e hidrológicas da região, mitigando impactos de secas e inundações.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/autoridades-comunitarias-dos-andes-peruanos-oferecem-apoio-ao-monitoramento-de-geleiras-nas-cordilheiras-de-carabaya-e-apolobamba/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/estudo-fornecera-uma-visao-regional-sobre-a-situacao-da-poluicao-por-mercúrio-na-bacia-amazonica/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/autoridades-de-agua-dos-oito-paises-amazonicos-participam-de-eventos-do-pae-em-brasilia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/unpfii-coordenador-dos-assuntos-indigenas-destaca-a-importancia-dos-povos-indigenas-no-forum-permanente-da-onu/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-da-cerimonia-do-parlamaz-no-congresso-nacional/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/comite-diretivo-do-projeto-bacia-amazonica-se-reune-em-brasilia-para-compartilhar-os-avancos-alcancados-em-2023-e-planejar-os-proximos-passos/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/18418-2/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/projeto-amazonas-avanca-na-instalacao-de-plataformas-de-coleta-de-dados-para-monitoramento-na-bacia-do-rio-madeira/>